



Ensino da acessibilidade nos cursos de Arquivologia no Brasil: uma análise formativa das matrizes curriculares

Thayron Rodrigues Rangel

Doutor em Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, Brasil.

Técnico de Arquivo da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e Valorização de Pessoas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (PRODIN/IFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

<https://lattes.cnpq.br/9220330099464069>



Lúcia Maria Velloso de Oliveira

Doutora em História Social, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasil.

Docente do Departamento de Ciência da Informação (GCI), Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/4694576349618479>

Submetido em: 27/06/2023. **Aprovado em:** 25/01/2024. **Publicado em:** dd/mm/aaaa.

RESUMO

Como uma condição humana que envolve várias dimensões da vida, as deficiências exigem o conhecimento e a ação dos órgãos e das entidades para o atendimento das necessidades biopsicossociais e informacionais dos usuários dos produtos e serviços públicos. Nesse sentido, a acessibilidade cumpre o papel de efetivar o acesso aos documentos e às informações, por meio da adoção de tecnologias assistivas, *design* universal e implementação de programas e ações institucionais que visem ao ingresso e à permanência nos espaços institucionais. Parte de um viés humanitário que consta em compromissos sociais inscritos em uma agenda mundial de proteção dos direitos das pessoas com deficiência como: a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) e as normas ISO 26000 – Responsabilidade Social e ABNT NBR 16001 – Responsabilidade social – Sistema da gestão – Requisitos. Esta pesquisa objetiva identificar a existência ou não do interesse e da formalização do ensino da acessibilidade e das temáticas de acesso, usuários e inclusão social – relacionadas à acessibilidade – nos cursos de graduação de Arquivologia no Brasil. Para isso, utilizou-se como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica em bases de dados e periódicos da área e a pesquisa documental nos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) dos cursos analisados. Por fim, este estudo indica a escassez da temática nos currículos, o que impacta a efetivação do acesso aos arquivos.

Palavras-chave: acessibilidade; pessoas com deficiência; usuários de arquivos; formação profissional; arquivologia.

[Início de seção]

INTRODUÇÃO

As inovações tecnológicas na área da Comunicação e Informação do fim do século XX e do início do século XXI impulsionaram o campo da Arquivologia a buscar novas soluções e métodos para seus processos de trabalho, em especial, para os voltados ao acesso aos arquivos. Por outro lado, as mesmas inovações acabam por proporcionar uma maior aproximação entre os indivíduos na sociedade e criam as condições de fala para as minorias antes ignoradas. A mudança deixa de ser somente tecnológica, passa a ser social e cultural. E, assim os arquivos, as bibliotecas e os museus iniciam uma jornada de inclusão dos sujeitos que não faziam parte de suas preocupações em relação ao usuário.

Com o objetivo de tornar a acessibilidade uma preocupação cotidiana em nossas vidas aplicou-se neste trabalho, alguns recursos de facilitação de leitura. Utilizou-se os sinais colchetes ([]) para a identificação do início e do fim de citações, seções e subseções. Também foi realizada a descrição textual de todas as imagens do texto, a fim de indicar aos sistemas leitores e sintetizadores de voz os destaques apontados ao longo do texto.

Eastwood (2016) defende que, atualmente, os arquivistas [Início da citação] “se descobrem desempenhando um papel complexo enquanto mediadores entre os arquivos e as diferentes categorias de usuários com origens e necessidades diversificadas” (Eastwood, 2016, p. 30) [Fim da citação]. A mediação pressupõe a produção de conhecimento sobre o usuário dos arquivos. Essa temática consta na literatura arquivística brasileira há algumas décadas, entretanto, nota-se a relevância de situar o usuário no centro do processo de mediação, a fim de compreender suas necessidades biopsicossociais e informacionais.

Segundo Oliveira (2022, p. 155),

[Início da citação]

[...] em pleno século XXI, são poucos os arquivistas que se dedicam a pensar o usuário, a conhecê-lo e a manter uma base de conhecimento sobre ele. O usuário permanece um enigma a ser decifrado. Isso só acontece porque na área existe uma resistência em assumir que o usuário é plural (...).

[Fim da citação]

Para viabilizar o atendimento de todos os usuários, incluindo as pessoas com deficiência, o arquivista necessitará identificar as limitações e a condição biopsicossocial dos usuários para a mediação do processo de comunicação. É preciso que a instituição arquivística se prepare para o atendimento das limitações dos usuários, por meio da adoção de recursos tecnológicos, infraestruturais, e da capacitação dos profissionais que atuarão nas salas de consulta.

Para Sassaki (1997, p. 46), cabe à sociedade e ao Estado [Início da citação] “[...] eliminar todas as barreiras físicas, programáticas e atitudinais para que as pessoas

com necessidades especiais possam ter acesso aos serviços, lugares, informações e bens necessários ao seu desenvolvimento [...]” [Fim da citação]. Além das barreiras que eventualmente podem vir a existir, nas dimensões propostas por Sasaki (2002), Alison Turner (2021, p. 15) relata que [Início da citação] “as barreiras nos arquivos podem ser físicas, psicológicas e emocionais. Os próprios documentos e a forma como são descritos e preservados, pode ser uma fonte de trauma para os visitantes, por uma série de razões” [Fim da citação]. Nesse contexto, conforme apresenta o inciso I do *caput* do art. 3º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência, a acessibilidade cumpre o papel de atuar como

[Início da citação]

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. (Brasil, 2015)

[Fim da citação]

Para Romeo Sasaki (2008, [s. p.]), [Início da citação] “o conceito de acessibilidade deve ser incorporado aos conteúdos programáticos ou curriculares de todos os cursos formais e não-formais existentes no Brasil” [Fim da citação]. Sasaki (2005) situa a acessibilidade em seis (6) dimensões: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal. Nessas dimensões, a acessibilidade cumpre o papel de identificação e supressão das barreiras existentes em cada dimensão. Percebe-se que as barreiras existem em todos os ambientes. No âmbito arquivístico, Rangel (2023, p. 30) descreve que a acessibilidade

[Início da citação]

[...] representa uma ferramenta de inclusão social para o atendimento das necessidades biopsicossociais dos usuários, possibilitando a entrada e a permanência dos usuários nos espaços dos Arquivos (interno e externo), independentemente se o ambiente é físico ou digital. A acessibilidade nos Arquivos é a condição que possibilita a supressão das barreiras institucionais, garantindo a autonomia dos usuários com deficiência para a participação cidadã. Se materializa com a adoção de Tecnologias Assistivas, uso do *design* universal e por meio da elaboração de políticas e programas institucionais, onde devem constar de forma explícita, a acessibilidade, a capacitação dos servidores e a criação de documentos orientadores e formativos.

[Fim da citação]

Nesse contexto, é preciso identificar o papel dos arquivistas e das instituições arquivísticas públicas no atendimento da pluralidade dos usuários.

Os arquivos são responsáveis por custodiar os documentos que foram definidos como essenciais para as compreensões sociais, políticas e administrativas de determinada

época. Entretanto, ao identificar o valor dos documentos de arquivo, percebe-se o potencial de sua utilização para fins de poder. Nesse sentido, ao longo do tempo, muitos acervos foram destruídos de forma intencional, com o intuito de ocasionar silenciamento, apagamento, distorção e omissão. Afinal, a história é contada apenas com o que sobrou. Para Carter (2006, p. 217, tradução nossa), os arquivos são responsáveis pela construção da memória coletiva, caso:

[Início da citação]

[...] os documentos de arquivo forem destruídos, adulterados ou excluídos, as narrativas dos grupos não poderão ser transmitidas ao longo do tempo. Suas histórias não serão ouvidas e podem acabar desaparecendo da história¹ [nota de rodapé 1].

[Fim da citação]

O texto de Carter (2006) apresenta os elementos essenciais para situar o profissional arquivista no contexto dessa realidade e o seu dever de dar voz aos excluídos e marginalizados, partindo de uma perspectiva do arquivista como sujeito crítico, competente e capaz de planejar, gerenciar e executar as atividades que têm como objetivo o acesso. Para tanto, propõe-se uma leitura do reconhecimento do profissional arquivista em três eixos: a delimitação teórica e epistemológica do conceito e do papel do arquivista, a base jurídica que fundamenta a profissão no Brasil e a análise formativa.

Para a discussão, utilizou-se como referenciais: o Decreto nº 82.590, de 6 de novembro de 1978, que regulamenta a profissão de arquivista; a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO); o Código de Ética do Conselho Internacional de Arquivos; os princípios básicos sobre o papel dos arquivistas na defesa dos direitos humanos; além das matrizes curriculares e ementas das disciplinas dos cursos de Arquivologia no Brasil. [Fim de seção]

[Início de seção]

METODOLOGIA

Este artigo propõe a identificação da presença dos temas acesso, acessibilidade e usuários na formação profissional dos arquivistas no Brasil. Por meio da pesquisa documental, objetivou-se identificar as temáticas nas disciplinas e nas respectivas ementas constantes nos Projetos Político-Pedagógicos (PPP).

Como parte integrante da estrutura dos PPP para a formação do profissional arquivista, os currículos e as ementas são de suma importância na proposta de sistematização dos saberes a serem ministrados à comunidade acadêmica. Os currículos desempenham um

1 Original: [Início da nota de rodapé] " If Records are destroyed, manipulated, or excluded, the narratives of the groups cannot be transmitted across time. Their stories will not be heard and they may ultimately disappear from history." (Carter, 2006, p. 217). [Fim da nota de rodapé]

papel fundamental na construção da identidade profissional dos futuros arquivistas, por meio da oferta dos conhecimentos repassados nas disciplinas, nos projetos de extensão e de pesquisa.

A construção do PPP representa um processo histórico-social e é reflexo da realidade geográfica, econômica, cultural e política de cada local onde se situa cada curso. Para Jardim (2001, p. 5), [Início da citação] “o currículo não é um produto, mas um processo que envolve professores, alunos, egressos, profissionais de áreas afins, representantes do mercado de trabalho etc., na sua elaboração e avaliação” [Fim da citação].

A operacionalização da pesquisa documental ocorreu em três etapas: (a) pré-análise dos documentos, objetivando confirmar a hipótese da inexistência de preocupações com a inclusão social nas pesquisas arquivísticas no Brasil, (b) interpretação dos dados, que se deu com o levantamento das fontes e a elaboração de tabelas e instrumentos de sistematização dos dados, e (c) tratamento dos dados. Na pré-análise, foram pesquisados os PPP e as matrizes curriculares que compõem os elementos responsáveis pela formação dos profissionais arquivistas no Brasil. Para a Escola de Arquivologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) (Maia, 2006, p. 6), o PPP

[Início da citação]

[...] não é um documento meramente formal e burocrático, mas essencialmente acadêmico e pedagógico, que procura lançar as ações dos professores, dos estudantes e dos gestores do Curso de Arquivologia para frente, organizando-as como a expressão de um compromisso datado e assumido consensualmente. O projeto é também um documento político, porque revela o sentido desse compromisso com a formação de um determinado tipo de cidadão e de sociedade e revela, igualmente, as intenções da Escola de Arquivologia ao desenvolver esse processo de formação.

[Fim da citação]

Os PPP são documentos que registram as atividades e decisões do corpo docente e definem, dentre as suas premissas, o perfil profissional dos egressos. Segundo Libâneo (2004, p. 56), o PPP

[Início da citação]

[...] é o documento que detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido na escola, expressando a síntese das exigências sociais e legais do sistema de ensino e os propósitos e expectativas da comunidade escolar.

[Fim da citação]

Para a coleta dos dados referentes às temáticas que transversalizam este trabalho, utilizou-se o sistema do Ministério da Educação (e-MEC) para o levantamento das disciplinas constantes nos PPP das escolas de Arquivologia em funcionamento no Brasil. O e-MEC, regulamentado pela Portaria Normativa nº 21, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação,

[Início da citação]

[...] é um sistema eletrônico de acompanhamento dos processos que regulam a educação superior no Brasil. Todos os pedidos de credenciamento e reconhecimentos de instituições de educação superior (IES), bem como de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos. [...] O Sistema e-MEC incorpora também o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos de Educação Superior (Cadastro e-MEC), base de dados oficial e única de informações relativas às IES subordinadas ao Sistema Federal de Ensino, bem como dos cursos de graduação e pós-graduação por elas ministrados. Os dados do Cadastro e-MEC guardam conformidade com os atos autorizativos editados pelo MEC, com base nos processos regulatórios competentes (MEC, 2020).

[Fim da citação]

Em seguida, foram acessados os sítios eletrônicos institucionais, com a finalidade de analisar os PPP. Durante a pesquisa documental realizada, foram mapeadas as disciplinas obrigatórias e optativas por meio da busca dos termos *acessibilidade*, *acesso*, *usuários* e *inclusão social*. [Fim de seção]

[Início de seção]

Análise do papel e dos elementos formativos do profissional arquivista

A missão do arquivista converge com a história e a razão de existência dos arquivos. A literatura das áreas da Ciência da Informação e da Arquivologia apresentam a profissão de arquivista sob duas óticas: (a) com enfoque no seu papel como mediador do processo de interação entre os recursos arquivísticos e o usuário (Gomes, 2008; 2019), e (b) na sua responsabilidade como ativista dos direitos humanos e da justiça social (Harris, 2002).

No Brasil, o fazer arquivístico distingue-se entre a prática e a formação acadêmica, direcionando o exercício legal da profissão, após a década de 1970. Sobre o papel dos arquivistas, Carter (2006, p. 230, tradução nossa)² [nota de rodapé 2] pontua que

[Início da citação]

[...] arquivistas em instituições convencionais podem desempenhar um papel no auxílio a esses grupos cujos documentos são excluídos (voluntariamente e pela força) de suas instituições. Atendendo ao apelo de Harris à justiça, os arquivistas devem estar dispostos a aceitar seus papéis como atores políticos e reconhecer que eles não podem ser custodiantes imparciais.

[Fim da citação]

Os estudos sobre a profissão de arquivista possuem interface com muitas temáticas transversais a outros campos do saber, como: a burocracia, os direitos humanos, a cidadania, a cultura, a organização do conhecimento e a competência em informação. Independentemente

2 [Início da nota de rodapé] Original: "Archivists in mainstream institutions can play a role in aiding those groups whose records are excluded (both willingly and through force) from their institutions. Heeding Harris' call to justice, archivists must be willing to accept their roles as political players and acknowledge that they cannot be impartial custodians." [Fim da nota de rodapé]

da acepção adotada, acredita-se que o arquivista possui um papel imprescindível para tornar as relações existentes nos arquivos mais humanas e afetivas, buscando afirmar uma consciência social, responsabilizar o governo e as instituições pelas ausências e, ainda, centralizar grupos marginalizados e silenciados na busca pelo processo de reparação social. Para tanto, esse processo ocorre com a construção da identidade profissional do arquivista, composta pelos saberes e pela atuação nas esferas política, social, técnica e cultural. Esses saberes coexistem ao longo do processo formativo da profissão de arquivista e só ocorrem pelas mãos e pelos olhares de um arquivista.

O termo arquivista é definido por alguns dicionários dedicados à temática arquivística e também ao campo da Ciência da Informação. Segundo o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (DIBRATE), arquivista é o [Início da citação] “[...] profissional de nível superior, com formação em arquivologia ou experiência reconhecida pelo Estado” (Arquivo Nacional, 2005, p. 26) [Fim da citação]. Outra definição é trazida por Cunha e Cavalcanti, em sua obra, que define o profissional como o

[Início da citação]

[...] especialista encarregado de uma ou várias funções na gerência de um arquivo (1); papelista. <=> arquivologia. 2. Profissional responsável por analisar e organizar informações registradas (documentos), públicas e privadas, de cunho histórico, governamental, administrativo, científico ou literário, gravações sonoras e filmes (audiovisuais), organizando-os segundo sua origem e outros critérios, e dando-lhes tratamento técnico, armazenando-os em arquivos adequados, permitindo a recuperação eficiente da informação, facilitando sua consulta e evitando que se deteriore. 3. A profissão do arquivista é regulamentada pela lei nº 6 546, de 4/7/1978. Por ela, compete ao arquivista o planejamento, organização e direção de serviços de arquivo; a identificação das espécies documentais, e a participação no planejamento de novos documentos; a classificação, arranjo, descrição; a avaliação e seleção de documentos (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 24)

[Fim da citação]

Na comparação entre essas duas definições, depara-se com uma imprecisão sobre a delimitação da profissão de arquivista, podendo ser um bacharel em Arquivologia ou um profissional especialista na temática, advindo de qualquer área de formação. Quando há a pretensão de diálogo sobre a garantia do acesso aos arquivos, faz-se oportuna a defesa pela formação na área arquivística.

O entendimento dos impactos trazidos por essa dicotomia (entre a exigência legal para o exercício da profissão trazida pelo decreto de regulamentação da profissão e a especialidade interdisciplinar construída pela prática nos arquivos) é possível devido à contribuição que o campo da Pedagogia e da Educação forneceram ao debate científico da área arquivística. Para esses campos científicos, o processo formativo do sujeito ocorre pela aquisição de competências ao longo do seu processo de construção identitária, como competências técnicas, políticas, éticas e estéticas.

O perfil do profissional é moldado em jornada pessoal na qual ele adquire competências, incluindo a competência em informação (ColInfo). De acordo com Furtado e Silva (2020, p. 25),
[Início da citação]

[...] a Competência em Informação auxilia os profissionais da informação, dentre estes o arquivista, assim como os usuários, no acesso à informação, oferecendo os requisitos necessários para que o indivíduo possa recebê-las e interpretá-las de forma crítica. No cenário da legalidade de acesso à informação surgem questões éticas e políticas envolvendo cidadania e direitos humanos, e por consequência vem à tona o papel do arquivista nesse contexto.

[Fim da citação]

Nota-se que os estudos da ColInfo aplicados à Arquivologia auxiliam os arquivistas na aquisição e na compreensão de atitudes e conhecimentos sobre si mesmos e sobre os usuários. Por meio desse diálogo, evidencia-se o vínculo indissolúvel existente, na dimensão técnica, entre o arquivista e o usuário de arquivos.

O fazer técnico profissional, atrelado às funções arquivísticas, pode refletir tanto o contexto sócio-histórico presente nos acervos que o arquivo custodia, quanto aniquilar simbolicamente grupos minoritários, como é o caso dos arquivos comunitários *LGBTQ2+* do Canadá e dos Estados Unidos. Como voluntário e diretor do Conselho *LGBTQ2+ Oral History Digital Collaboratory*, da *ArQuives*, Elspeth Brown dedicou-se a uma proposta de estruturação interseccional e transinclusiva para os arquivos. Por meio do processo da análise e da pesquisa no acervo, notou-se a ausência de representatividade de grupos integrantes da comunidade *LGBTQ2+* que não fossem brancos, *gays*, *cis*. Isso ocorreu devido à política de aquisição do arquivo comunitário. Para o autor, os arquivos comunitários dedicados ao ativismo social

[Início da citação]

[...] são muitas vezes locais de formação histórica radical, organizados para preservar as histórias de movimentos sociais e focados em documentar os ativistas, afetos, e coisas efêmeras que os arquivos mais estabelecidos rejeitam. Como arquivos *outsiders*, esses projetos voltados para a comunidade podem ser criativos e amplos em termos do que colecionam (Brown, 2020, p. 12, *tradução nossa*)³ [nota de rodapé 3].

[Fim da citação]

Entretanto, a relevância desses arquivos comunitários como lugar de representação e existência de grupos minoritários pode ser comprometida quando não se reconhece que o discurso da inclusão social, com foco na diversidade, é a chave para o adequado trabalho arquivístico.

[Início da citação]

3 [Início da nota de rodapé] Original: "They are often sites of radical history making, organized to preserve the histories of social movements and focused on documenting the activists, affects, and ephemera that more established archives reject. As outsider archives, these community-driven projects can be creative and capacious in terms of what they collect." [Fim da nota de rodapé]

Tornando visíveis os materiais de pessoas LGBTQ2+ fora das normas brancas, cis, coloniais e geralmente *gays*, exigem normas, estratégias e abordagens específicas; caso contrário, a formação histórica padrão de pessoas brancas '*gays* e *lésbicas*' e suas histórias continuarão a determinar o arquivo LGBTQ2+. Ao mesmo tempo, no entanto, é fundamental que, historicamente, arquivos de *gays* e *lésbicas* brancos não reproduzam as relações coloniais em seus esforços de adquirir novas coleções para 'diversificar' as participações de pessoas brancas, cis, LGBTQ2+ (Brown, 2020, p. 30, tradução nossa)⁴.

[Fim da citação]

Percebe-se que, para além da técnica, há a dimensão política que emerge da participação dos indivíduos nas decisões e nas transformações referentes à vida social (elemento responsável por associar e estabelecer a relação entre o papel social do arquivista e os estudos de ColInfo e de inclusão social). Essa dimensão política da ColInfo, [Início da citação] “[...] baseia-se na pluralidade dos homens e trata da convivência entre diferentes centrada em torno da liberdade, num espaço que só pode ser produzido por muitos, onde cada qual se move entre iguais” (Furtado; Silva, 2020, p. 28) [Fim da citação]. Faz-se necessário inserir os usuários no processo de colaboração da representação e recuperação de documentos e informações nos arquivos.

Além disso, Jimerson (2007, p. 258, tradução nossa)⁵ [nota de rodapé 4] relata que [Início da citação] “um arquivista ou gerente de registros cumprir solicitações impróprias para aprovar a destruição de documentos é uma clara violação da ética profissional” [Fim da citação]. Preocupações similares ocorrem no Brasil com a publicação do Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020, que dispõe sobre o estabelecimento de [Início da citação] “a técnica e os requisitos para a digitalização de documentos públicos ou privados, a fim de que os documentos digitalizados produzam os mesmos efeitos legais dos documentos originais” [Fim da citação]. Vê-se, então, o alcance que os arquivos têm na sociedade.

No ano de 1996, o Conselho Internacional de Arquivos (ICA), publicou o Código de Ética dos Arquivistas, que apresenta um conjunto de parâmetros para o exercício das funções profissionais dos arquivistas.

[Início da citação]

1. Os arquivistas mantêm a integridade dos arquivos, garantindo assim que possam se constituir em testemunho permanente e digno de fé do passado.
2. Os arquivistas tratam, selecionam e mantêm os arquivos em seu contexto histórico, jurídico e administrativo, respeitando, portanto, sua proveniência, preservando e tornando assim manifestas suas interrelações originais.

4 [Início da nota de rodapé] Original: “Making visible the materials of LGBTQ2+ people outside the white, cis, settler-colonial, usually gay male norm requires specific strategies and approaches; otherwise, the default historical formation of white “gay and lesbian” people and their histories will continue to overdetermine the LGBTQ2+ archive. At the same time, however, it is critical that historically white gay and lesbian archives do not reproduce colonial relations in their efforts to acquire new collections to “diversify” white, cis, LGBTQ2+ holdings.” (Brown, 2020, p. 30). [Fim da nota de rodapé]

5 [Início da nota de rodapé] Texto original: “For an archivist or records manager to comply with improper requests to approve document destruction is a clear violation of professional ethics.” (Jimerson, 2007, p. 258). [Fim da nota de rodapé]

3. Os arquivistas preservam a autenticidade dos documentos nos trabalhos de tratamento, conservação e pesquisa.
4. Os arquivistas asseguram permanentemente a comunicabilidade e a compreensão dos documentos.
5. Os arquivistas se responsabilizam pelo tratamento dos documentos e justificam a maneira como o fazem.
6. Os arquivistas facilitam o acesso aos arquivos ao maior número possível de usuários, oferecendo seus serviços a todos com imparcialidade.
7. Os arquivistas visam encontrar o justo equilíbrio, no quadro da legislação em vigor, entre o direito ao conhecimento e o respeito à vida privada.
8. Os arquivistas servem aos interesses de todos e evitam tirar de sua posição vantagens para eles mesmos ou para quem quer que seja.
9. Os arquivistas procuram atingir o melhor nível profissional, renovando, sistemática e continuamente, seus conhecimentos arquivísticos e compartilhando os resultados de suas pesquisas e de sua experiência.
10. Os arquivistas trabalham em colaboração com seus colegas e os membros das profissões afins, visando assegurar, universalmente, a conservação e a utilização do patrimônio documental.

[Fim da citação]

Ao assegurar, de forma permanente, a comunicabilidade e a compreensão dos documentos, bem como ao facilitar o acesso ao maior número de usuários, o arquivista se insere nas preocupações da garantia de acesso, por meio da adoção da inclusão social como um princípio norteador do acesso pelos usuários e da implantação da acessibilidade em sua instituição. Assim, os arquivistas [Início da citação] “[...] são profissionais qualificados, com formação apropriada e contínua, que servem às suas sociedades, apoiando a produção, seleção e conservação dos documentos, e os tornam disponíveis para uso.” (Dua, 2010, p. 1) [Fim da citação]. Para Carter (2006, p. 231, tradução nossa), é

[Início da citação]

[...] por meio de seu conhecimento único dos documentos em seus fundos, os arquivistas têm a oportunidade de tornar conhecidas as injustiças, de ler os arquivos contra a corrente, sinalizando silêncios e identificando a presença dos marginalizados dentro dos documentos do estado e seu aparelho⁶ [nota de rodapé 5].

[Fim da citação]

6 [Início da nota de rodapé] Original: Through their unique knowledge of the records in their collections, archivists have the opportunity to make injustices known, to read the archives against the grain, flagging silences and identifying the presence of the marginalized within the records of the state and its apparatus [Fim da nota de rodapé].

Contudo, ainda é preciso ampliar essa acepção. O segundo eixo desta subseção demonstra a profissão de arquivista, regulamentada pelo art. 2º do Decreto nº **82.590, de 6 de novembro de 1978**, que tem as seguintes atribuições:

[Início da citação]

- I – planejamento, organização e direção de serviços de Arquivo;
- II – planejamento, orientação e acompanhamento do processo documental e informativo;
- III – planejamento, orientação e direção das atividades de identificação das espécies documentais e participação no planejamento de novos documentos e controle de multicópias;
- IV – planejamento, organização e direção de serviços ou centros de documentação e informação constituídos de acervos arquivísticos e mistos;
- V – planejamento, organização e direção de serviços de microfilmagem aplicada aos arquivos;
- VI – orientação do planejamento da automação aplicada aos arquivos;
- VII – orientação quanto à classificação, arranjo e descrição de documentos;
- VIII – orientação da avaliação e seleção de documentos, par fins de preservação;
- IX – promoção de medidas necessárias à conservação de documentos;
- X – elaboração de pareceres e trabalhos de complexidade sobre assuntos arquivísticos;
- XI – assessoramento aos trabalhos de pesquisa científica ou técnico-administrativa;
- XII – desenvolvimento de estudos sobre documentos culturalmente importantes.

[Fim da citação]

E, conforme o referido decreto, em seu art. 3º, são atribuições dos técnicos de arquivo:

[Início da citação]

- I – recebimento, registro e distribuição dos documentos, bem como controle de sua movimentação;
- II – classificação, arranjo, descrição e execução de demais tarefas necessárias à guarda e conservação dos documentos, assim como prestação de informações relativas aos mesmos;
- III – preparação de documentos de arquivo para microfilmagem e conservação e utilização de microfilme;

IV – preparação de documentos de arquivo para processamento eletrônico de dados;

[Fim da citação]

Outra importante fonte de consulta para a identificação das atividades profissionais do arquivista é a CBO do Ministério do Trabalho e Emprego. Segundo o Ministério (2017), [Início da citação] “a CBO trata do reconhecimento da existência de determinada ocupação no mercado de trabalho brasileiro” [Fim da citação] e representa um documento

[Início da citação]

[...] normalizador do reconhecimento, da nomeação e da codificação dos títulos e conteúdos das ocupações do mercado de trabalho brasileiro. É ao mesmo tempo uma classificação enumerativa⁷ [nota de rodapé 6] e uma classificação descritiva⁸ (MTE, 2007) [nota de rodapé 7].

[Fim da citação]

Ao utilizar, no campo de busca livre do catálogo de ocupações, a palavra “arquivista”, recuperou-se os termos: (1) arquivista; (2) arquivista de documentos; (3) arquivista pesquisador (jornalismo); e (4) arquivistas e museólogos; sendo os três primeiros categorizados pelo tipo de ocupação e o quarto pelo tipo família, conforme apresentado no **QUADRO 1**, abaixo.

7 [Início da nota de rodapé] Classificação enumerativa: codifica empregos e outras situações de trabalho para fins estatísticos de registros administrativos, censos populacionais e outras pesquisas domiciliares. Inclui códigos e títulos ocupacionais e a descrição sumária. Ela também é conhecida pelos nomes de nomenclatura ocupacional e estrutura ocupacional (MTE, 2007).

8 Classificação descritiva: inventaria detalhadamente as atividades realizadas no trabalho, os requisitos de formação e experiência profissionais e as condições de trabalho (MTE, 2007). [Fim da nota de rodapé]

QUADRO 1 – a ocupação de arquivista pela CBO

Termo recuperado	Tipo	Títulos	Descrição sumária
Arquivista	Ocupação	Arquivista Administrador de arquivos, encarregado de serviço de arquivo médico e estatística, especialista em documentação arquivística, especialista em organização de arquivos, gestor de documentos.	Organizam documentação de arquivos institucionais e pessoais, criam projetos de museus e exposições, organizam acervos museológicos públicos e privados. Dão acesso à informação, conservam acervos. Preparam ações educativas ou culturais, planejam e realizam atividades técnico-administrativas, orientam implantação das atividades técnicas. Participam da política de criação e implantação de museus e instituições arquivísticas.
		Museólogo Especialista em conservação de acervos, especialista em documentação museológica, especialista em educação em museus, especialista em museografia de exposição.	
Arquivista de Documentos	Ocupação	Auxiliares de serviços de documentação, informação e pesquisa	Organizam documentos e informações. Orientam usuários e os auxiliam na recuperação de dados e informações. Disponibilizam fonte de dados para usuários. Providenciam aquisição de material e incorporam material ao acervo. Arquivam documentos, classificando-os segundo critérios apropriados para armazená-los e conservá-los. Prestam serviço de comutação, alimentam base de dados e elaboram estatísticas. Executam tarefas relacionadas com a elaboração e manutenção de arquivos, podendo ainda, operar equipamentos reprográficos, recuperar e preservar as informações por meio digital, magnético ou papel.
		Arquivista de documentos Arquivador	
		Codificador de dados	
		Fitotecário	
		Kardexista Ficharista	
Operador de máquina copiadora (exceto operador de gráfica rápida) Copiador de documentos, operador de máquina reprográfica			

Termo recuperado	Tipo	Títulos	Descrição sumária
Arquivista pesquisador (Jornalismo)	Ocupação	Profissionais do jornalismo	Recolhem, redigem, registram por meio de imagens e de sons, interpretam e organizam informações e notícias a serem difundidas, expondo, analisando e comentando os acontecimentos. Fazem seleção, revisão e preparo definitivo de textos a serem divulgados em jornais, revistas, televisão, rádio, internet, assessorias de imprensa e quaisquer outros meios de comunicação com o público.
		Arquivista pesquisador (jornalismo)	
		Assessor de imprensa	
		Diretor de redação Diretor adjunto	
		Editor Editor assistente, editor de arte, editor de fotografia, editor de imagem, editor de rádio, editor de web, editor de área, editor-executivo	
		Jornalista Assistente de editorial, colunista, colunista de jornal, correspondente de jornal, correspondente de línguas estrangeiras, cronista, diarista em jornal, diretor noticiarista, editorialista, jornalista exclusive empregador, jornalista-empregador, radiojornalista, roteirista de jornal, roteirista na imprensa	
		Produtor de texto	
		Repórter (exclusive rádio e televisão) Repórter cinematográfico, repórter correspondente, repórter de web, repórter de área, repórter especial	
Arquivistas e Museólogos	Família	Arquivista Administrador de arquivos, Encarregado de serviço de arquivo médico e estatística, Especialista em documentação arquivística, Especialista em organização de arquivos, Gestor de documentos	Organizam documentação de arquivos institucionais e pessoais, criam projetos de museus e exposições, organizam acervos museológicos públicos e privados. Dão acesso à informação, conservam acervos. Preparam ações educativas ou culturais, planejam e realizam atividades técnico-administrativas, orientam implantação das atividades técnicas. Participam da política de criação e implantação de museus e instituições arquivísticas.
		Museólogo Especialista em conservação de acervos, Especialista em documentação museológica, Especialista em educação em museus, Especialista em museografia de exposição	

Fonte: Elaborado pelo autor com base em MTE (2007).

Em análise às ocupações de arquivista e de arquivistas de documentos acima descritas, percebe-se que a primeira se aproxima das atribuições definidas pelo Decreto

nº 82.590, de 6 de novembro de 1978, de nível superior, enquanto a segunda ocupação reflete as atribuições do técnico de arquivo. Há, ainda, um equívoco na apresentação do título de museólogo. Na resposta, ela se enquadra na mesma ocupação que a profissão de arquivista, o que pode ser confirmado na coluna “tipo”, na qual a categoria “família” traz o mesmo resultado. Ou seja, nessa categoria o Ministério do Trabalho relaciona essas áreas como profissões próximas.

No terceiro eixo, responsável pelo conhecimento da relevância do arquivista para a garantia do acesso pleno aos arquivos, apresenta-se o levantamento e a análise das escolas de Arquivologia no país e dos termos “acesso”, “acessibilidade” e “usuários”, nas matrizes curriculares e nas ementas das disciplinas.

A formação arquivística no Brasil iniciou-se com a criação dos cursos voltados à solução dos problemas técnicos, datada de 1838, com a criação do Arquivo Público do Império (atual Arquivo Nacional). Segundo Augusto Moreno Maia (2006), a capacitação se deu ao longo de sete décadas, passando por:

- Curso de Diplomática, em 1911;
- Curso Técnico, em 1922;
- Curso de Preparação de Pessoal Auxiliar para Arquivos, em 1958;
- Curso de Aperfeiçoamento de Pessoal para Arquivos, em 1959;
- Curso Permanente de Arquivo (1960);
- Currículo Mínimo do Curso Superior de Arquivo (1972); e
- Curso de Arquivologia (1977),

É oportuno ressaltar que, em seus estudos, Maia (2006) não relata que o primeiro curso com *status* de graduação em Arquivologia começou em 1973, conforme relatam Mariz e Aguiar (2016, p. 206):

[Início da citação]

[...] o curso de Arquivologia da UNIRIO foi o único dos cursos de Arquivologia do Brasil que não nasceu em uma universidade. Teve sua origem no Curso Permanente de Arquivos (CPA) do Arquivo Nacional, onde já funcionava com regularidade, tendo sido criado com o objetivo de formar pessoal para trabalhar na Instituição. O decreto que determina sua criação data de 1911. Segundo José Honório Rodrigues ‘A partir de 1959 começam os cursos técnicos, inclusive com a participação de um professor francês, Henri Boullier de Branche’ (*apud* Castro, 2008, p. 156). Em 1973, recebeu o status de graduação, com mandato universitário da UFRJ e, em 1977, foram transferidos o corpo docente, o corpo de funcionários, o corpo discente (os alunos que estavam cursando naquele momento), e o acervo arquivístico para a UNIRIO, que à época tinha o nome de FEFIERJ, sendo alterado para UNIRIO em 1979.

[Fim da citação]

Dessa forma, para a identificação dos constructos e conhecimentos responsáveis pelo desenvolvimento das competências profissionais dos arquivistas, foram analisados os PPP das dezesseis (16) escolas de Arquivologia brasileiras: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade Federal do Pará (UFPA); Universidade Estadual Paulista (UNESP);

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Universidade Federal do Rio Grande (FURG); UNIRIO; Universidade Federal da Bahia, (UFBA); Universidade de Brasília (UnB); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Universidade Estadual de Londrina (UEL); Universidade Federal Fluminense (UFF); Universidade Federal da Paraíba (UFPB); e Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI); exceto da Universidade Federal do Amazonas (UFAM); pois não foi localizado. A distribuição dessas escolas representa um total de duas (2) escolas pertencentes à Região Norte do país; três (3) à Região Nordeste; seis (6) à Região Sudeste; cinco (5) à Região Sul; e uma (1) à Região Centro-Oeste.

Essa má distribuição das escolas de Arquivologia no território brasileiro representa um desequilíbrio geográfico que impacta o desenvolvimento profissional da área, visto que há a possibilidade de surgência de novos desafios e preocupações inerentes a determinadas culturas regionais. Isso se deve, em parte, à continentalidade do território nacional e à grande riqueza e diversidade cultural. Entretanto, é necessário prosseguir com a análise dos componentes curriculares. Nota-se que não são consideradas a densidade demográfica e a quantidade de estados por região. Para Bellotto (2014, p. 211-212),

[Início da citação]

[...] o ensino arquivístico hoje caracteriza-se também por uma certa identificação com a entidade a qual o curso se acha ligado: se à universidade, se aos arquivos nacionais ou regionais, se a uma associação de classe. Em teoria, o preparo profissional do arquivista universitário exige fundamentalmente: 1. Uma formação intelectual geral. 2. Conhecimentos em torno da teoria arquivística. 3. Adestramento nos trabalhos práticos de arquivo. 4. Conhecimento da metodologia das áreas afetas aos arquivos, isto é, administração, direito e história. 5. Conhecimento teórico e prático das chamadas ciências auxiliares da história, que são a diplomacia, a paleografia, a codicologia e a sigilografia, assim como das chamadas tecnologias documentais, que são a informática, a microfilmagem, a preservação e a restauração de documentos.

[Fim da citação]

Os conhecimentos arquivísticos fornecidos nos cursos de graduação nas dezesseis (16) escolas de Arquivologia são repassados aos discentes por meio das disciplinas. Bellotto (2014) destaca que essas disciplinas são agrupadas em três grupos: nucleares, complementares e suplementares. Discorre ainda que, apesar da variação dos diferentes nomes que a disciplina recebe em cada escola, a essência da disciplina não muda. Entre as disciplinas nucleares estão “Introdução à Arquivologia”, “Arquivo corrente”, “Arquivo intermediário”, “Arquivo permanente”, “Organização, planejamento e gestão de arquivos” e, por fim, “Análise documentária”. Já entre as disciplinas complementares estão: “Administração”, “História”, “Direito” e “Teoria e Sociologia da Informação”. Em relação às disciplinas suplementares, aponta que

[Início da citação]

[...] funcionam como suplemento porque, sendo vazias de conteúdo doutrinário, só tem sentido como instrumentos a serem utilizados, passando então a se vestirem das idiosincrasias próprias do trabalho para o qual estão sendo utilizadas (Bellotto, 2014, p. 217).

[Fim da citação]

Assim, após compreender os aspectos responsáveis pela formação profissional do arquivista, é proposto o abandono da ideia maniqueísta de um fazer técnico em oposição ao humanístico. É preciso vislumbrar a profissão como um processo social, compreendida por sujeitos sociais e diversos, que tem como pilares de sua formação o trabalho técnico, o associativismo e a ciência. E, para entender como e se a formação do arquivista tem fornecido subsídios para pensar os arquivos públicos de maneira inclusiva, realizou-se o mapeamento dos termos “acesso”, “usuários”, “acessibilidade” e “inclusão social” nas matrizes e nos PPP das escolas de Arquivologia no Brasil. [Fim de seção]

[Início de seção]

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta etapa, recorreu-se à pesquisa documental como base para a análise. A pesquisa foi aplicada às disciplinas e às respectivas ementas contidas nos PPP dos cursos de Arquivologia no Brasil. Para realizar a busca, foi selecionada a base e-MEC, na qual foram realizadas as seguintes etapas: seleção da aba “Consulta avançada” e a delimitação dos “Cursos de graduação”, no campo “Buscar”. Para finalizar a pesquisa, foi inserido o termo “Arquivologia” no campo “Curso”.

O resultado da pesquisa apontou dezenove (19) cadastros de instituições que oferecem curso de Arquivologia no nível de bacharelado, a saber: UnB, UFAM, UEL, FURG, UNESP, Centro Universitário Assunção (UNIFAI), UEPB, UFPA, UFF, UFES, UFMG, UFBA, UFPB, UFRGS, UFSM, UFSC, UNIRIO e UNIASSELVI.

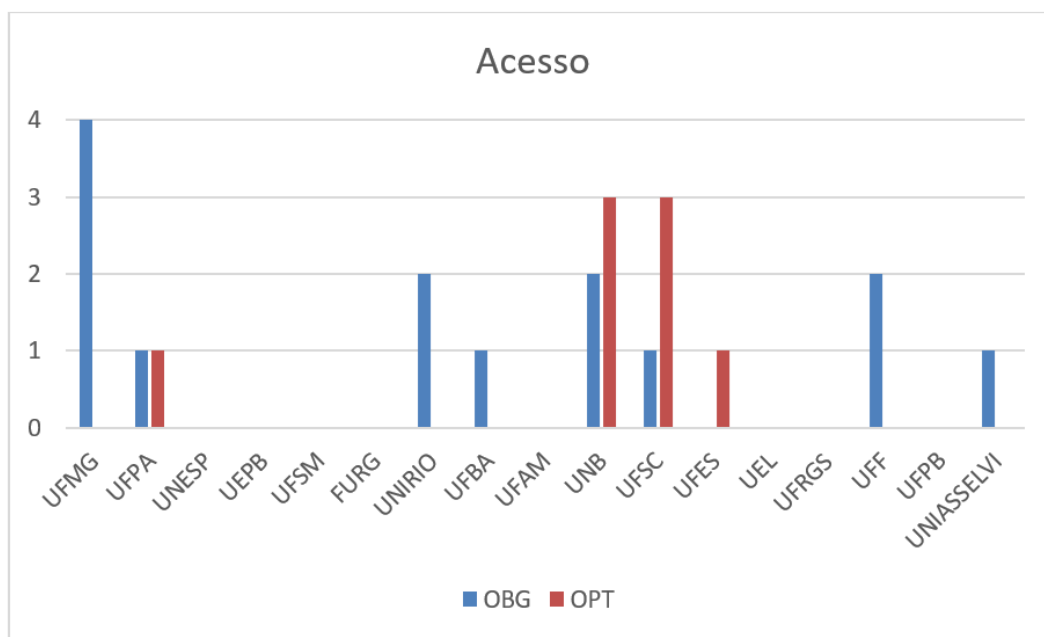
Com o resultado, foi possível identificar que o cadastro da UNIFAI estava duplicado e que o curso ainda não havia sido iniciado, o que também foi apontado no registro da UNIASSELVI. Após a identificação das escolas de Arquivologia em funcionamento no país, realizou-se a busca na plataforma *Google* pelos sítios eletrônicos dessas escolas para a recuperação dos PPP. A busca utilizou os operadores booleanos em dois termos: “escola de Arquivologia + [nome da instituição]” e “PPP+Arquivologia+[nome da instituição]”.

Ao analisá-los, identificou-se que algumas instituições não apresentavam o documento formalizado para ser baixado, como é o caso da UFF, onde as informações estão disponíveis em um sistema informatizado institucional (base de dados). A informação está acessível, contudo, não foi possível localizar o PPP formalizado. Optou-se por prosseguir com a pesquisa, nesse caso específico, por acreditarmos que a própria plataforma já apresenta elementos

que caracterizam os documentos arquivísticos. Por fim, essa etapa mapeou e analisou os títulos e as ementas das disciplinas, tanto optativas quanto obrigatórias. A pesquisa limitou-se aos termos “acesso”, “usuário”, “acessibilidade” e “inclusão social”.

Ao pesquisar o termo “acesso”, onze (11) escolas o trazem ao menos uma vez em algum dos dois campos pesquisados. Destaca-se o curso da UFMG, que apresenta o termo “acesso” em quatro (4) disciplinas e o da UFES, a única escola que traz o “acesso” somente em uma disciplina optativa, conforme **GRÁFICO 1**, abaixo.

GRÁFICO 1 – O termo “acesso” nas disciplinas e nas ementas das escolas de Arquivologia

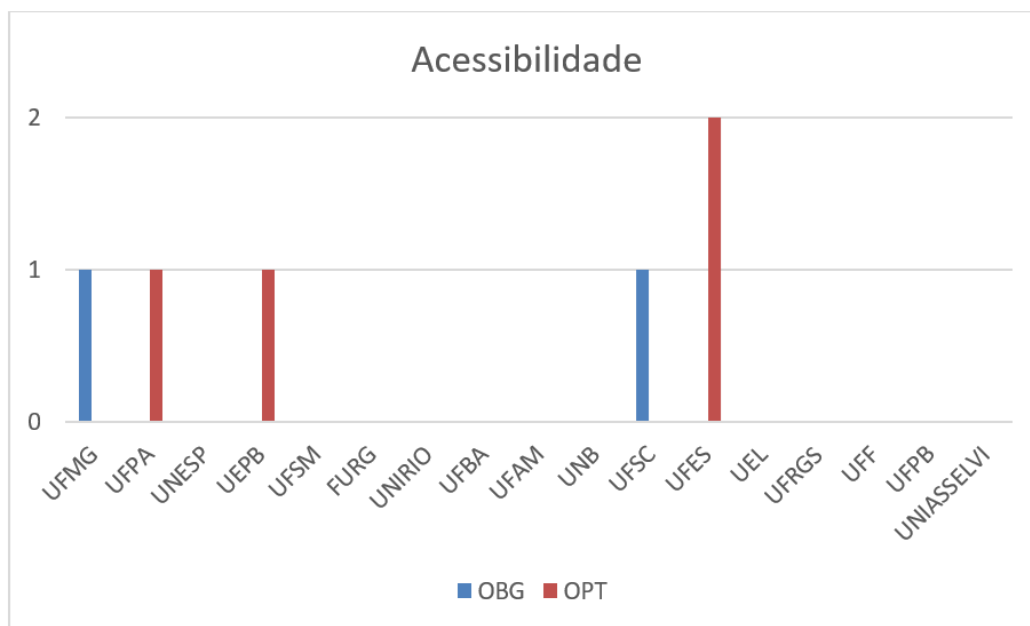


[Início da descrição da imagem] Elemento gráfico que apresenta doze barras nas cores azul e vermelha dispostas uma ao lado da outra. O eixo vertical do gráfico apresenta a quantificação das disciplinas optativas e obrigatórias. E o eixo horizontal traz a relação das universidades, dispostas uma ao lado da outra. [Fim da descrição da imagem]

Fonte: Elaborado pelo autor.

O segundo termo pesquisado, “acessibilidade”, demonstrou a incipiente preocupação com a temática na formação dos discentes. Entre as dezessete (17) escolas, somente cinco (5) apresentavam o termo nas disciplinas e em seu PPP. Evidencia-se os cursos da UEPB e da UEL, que possuem uma disciplina obrigatória denominada “Arquitetura da informação”, que aborda a temática na ementa, conforme **GRÁFICO 2**, abaixo. Vale ressaltar que todas as disciplinas dão enfoque à acessibilidade digital.

GRÁFICO 2 – O termo “acessibilidade” nas disciplinas e nas ementas das escolas de Arquivologia

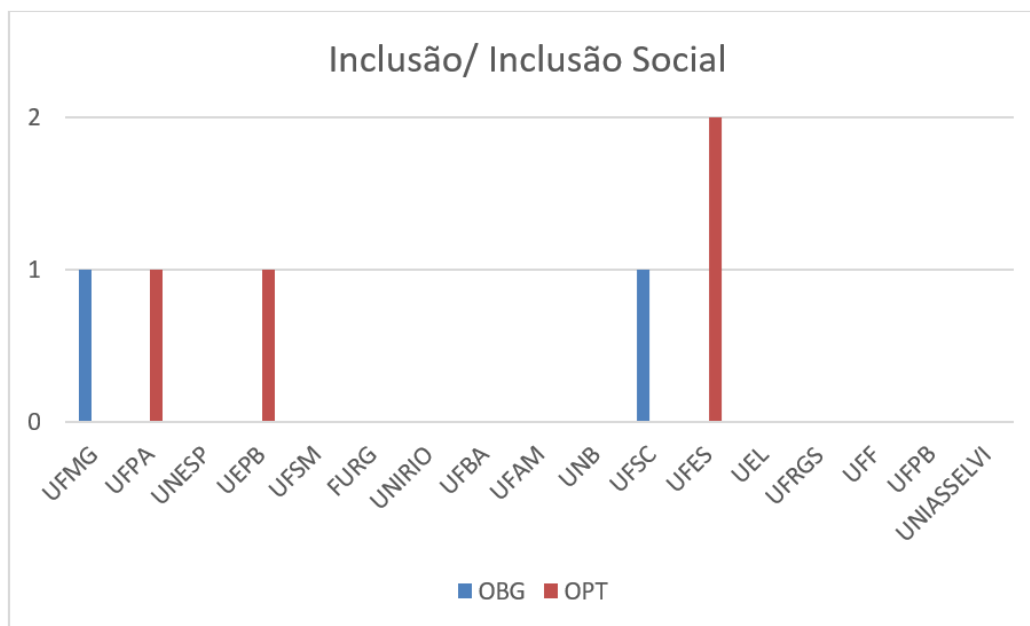


[Início da descrição da imagem] Elemento gráfico que apresenta cinco barras nas cores azul e vermelha dispostas uma ao lado da outra. O eixo vertical do gráfico apresenta a quantificação das disciplinas optativas e obrigatórias sobre acessibilidade. E o eixo horizontal traz a relação das universidades, dispostas uma ao lado da outra. [Fim da descrição da imagem]

Fonte: Elaborado pelo autor.

O termo “inclusão” ou “inclusão social” foi localizado em cinco (5) PPP, conforme gráfico a seguir. Os cursos da UFMG e da UFSC possuem uma (1) disciplina obrigatória que trata de inclusão digital. No PPP dos cursos da UEPB e da UFPA, consta uma (1) disciplina optativa e, no curso da UFES, duas disciplinas. Nenhuma disciplina encontrada aborda a “inclusão social” de forma ampla e universal. Assim como localizado no levantamento bibliográfico, foi possível indentificar que há uma leitura limitada sobre a “inclusão” ao ambiente digital, conforme **GRÁFICO 3**, abaixo.

GRÁFICO 3 – Os termos “inclusão” e “inclusão social” nas disciplinas e nas ementas das escolas de Arquivologia

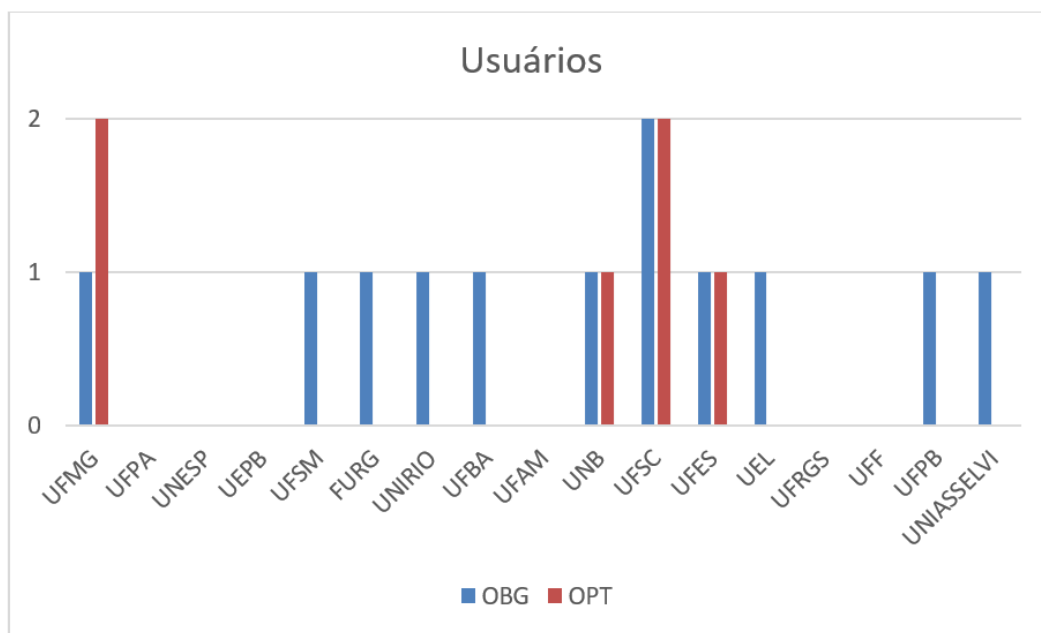


[Início da descrição da imagem] Elemento gráfico que apresenta cinco barras nas cores azul e vermelha dispostas uma ao lado da outra. O eixo vertical do gráfico apresenta a quantificação das disciplinas optativas e obrigatórias sobre inclusão social. E o eixo horizontal traz a relação das universidades, dispostas uma ao lado da outra. [Fim da descrição da imagem]

Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme indicativo da pesquisa, foi possível perceber que o termo “usuário” consta no nome ou na ementa das disciplinas da maioria das escolas de Arquivologia. De todas elas, quatorze (14) possuem ao menos uma disciplina obrigatória que versa sobre os usuários de arquivos, o que representa um grande avanço para esse campo de estudo. Destacam-se os cursos da UFPA e da UFRGS, que não possuem nenhuma disciplina sobre o tema, conforme **GRÁFICO 4**, a seguir.

GRÁFICO 4 – O termo “usuário” nas disciplinas e nas ementas das escolas de Arquivologia

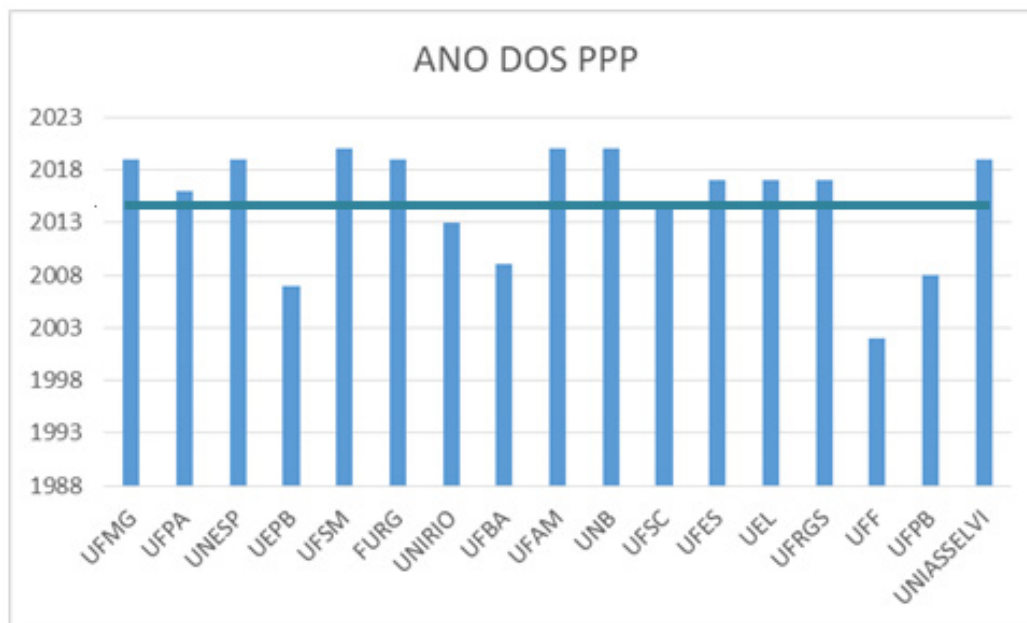


[Início da descrição da imagem] Elemento gráfico que apresenta quinze barras nas cores azul e vermelha dispostas uma ao lado da outra. O eixo vertical do gráfico apresenta a quantificação das disciplinas optativas e obrigatórias sobre usuários. E o eixo horizontal traz a relação das universidades, dispostas uma ao lado da outra. [Fim da descrição da imagem]

Fonte: Elaborado pelo autor.

Por fim, dado que em 2015 foi instituído o Estatuto da Pessoa com Deficiência, optou-se por analisar os PPP que foram atualizados ou publicados posteriormente àquela data. Essa decisão partiu da premissa da impossibilidade de atestar a ausência de preocupação com a temática às propostas pedagógicas anteriores ao ano de 2015, conforme **GRÁFICO 5**, a seguir.

GRÁFICO 5 – Data de publicação dos PPP das escolas de Arquivologia no Brasil e do Estatuto da Pessoa com Deficiência



[Início da descrição da imagem] Elemento gráfico que apresenta dezessete barras na cor azul dispostas uma ao lado da outra. O eixo vertical do gráfico apresenta a quantificação das disciplinas optativas e obrigatórias sobre usuários. E o eixo horizontal traz a relação das universidades, dispostas uma ao lado da outra. [Fim da descrição da imagem]

Fonte: Elaborado pelo autor.

Analisando os dados contidos no gráfico acima, identificou-se que as escolas as quais antecedem à publicação do Estatuto da Pessoa com Deficiência são: UEPB, UNIRIO, UFBA, UFF e UFPB. Uma escola realizou a publicação do seu PPP em 2015 UFSC e as demais têm o seu PPP publicado após a promulgação do Estatuto, a saber: UFMG, UFPA, UNESP, UFSM, FURG, UFAM, UnB, UFES, UEL, UFRGS e UNIASSELVI. Dessa forma, ao cruzarmos os dados obtidos com o levantamento dos termos “acesso”, “acessibilidade”, “usuários” e “inclusão social” nas matrizes e ementas curriculares, com a data de publicação dos PPP, verificamos que o assunto não consta na agenda de preocupações das onze (11) escolas que aprovaram seus PPP após 2015.

CONCLUSÕES

Este artigo buscou identificar as iniciativas e os esforços relacionados à acessibilidade e à inclusão social empreendidos pelas escolas de Arquivologia no Brasil para formação dos profissionais arquivistas que se encontram consolidados nos PPP. A baixa ocorrência dos temas desta pesquisa nas agendas educacionais e formativas brasileiras parece refletir ainda uma lógica excludente da sociedade brasileira atual. Desde 2015, data da publicação do Estatuto da Pessoa com Deficiência, onze (11) escolas atualizaram os seus PPP. Em somente uma (1) delas consta a acessibilidade no rol das disciplinas obrigatórias.

Assim, infere-se que, possivelmente, o campo científico brasileiro não aderiu ao ideário de se efetivar o acesso aos arquivos, visto que é necessário investimento no campo da formação do profissional para o uso de métodos, ferramentas e soluções diversas, a cada tipo de usuário com deficiência, conforme sua necessidade biopsicossocial.

O atendimento às necessidades informacionais só ocorrerá mediante o atendimento das necessidades biopsicossociais. Afinal, de que adiantará um acervo bem descrito, ou mesmo refinados instrumentos de pesquisa, se o usuário não consegue acessar o material devido às barreiras ou limitações existentes?

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BELLOTTO, H. L. **Arquivo: estudos e reflexões**. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

BRASIL. **Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Diário Oficial [da] União, [2015]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 25 jan. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 82.590, de 6 de novembro de 1978**. Regulamenta a Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de técnico de Arquivo. Brasília, Diário Oficial [da] União, [1978]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/d82590.htm. Acesso em: 14 jun. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020**. Regulamenta o disposto no inciso X do caput do art. 3º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e no art. 2º-A da Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, para estabelecer a técnica e os requisitos para a digitalização de documentos públicos ou privados, a fim de que os documentos digitalizados produzam os mesmos efeitos legais dos documentos originais. Brasília. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10278.htm. Acesso em: 14 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Perguntas frequentes** – O que é o sistema e-MEC. [S. l.]: [s. n.], 2020. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/emec/nova>. Acesso em: 15 nov. 2021.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Classificação Brasileira de Ocupações. **Informações gerais**. Brasília: Ministério do Trabalho, [2017]. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/informacoesGerais.jsf>. Acesso em: 27 jun. 2022.

BROWN, E. H. Archival Activism, Symbolic Annihilation, and the LGBTQ2 + Community Archive. **Archivaria** – The Journal of the Association of Canadian Archivists, [s. l.], n. 89, p. 6-33, maio. 2020. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/13729>. Acesso em: 27 jun. 2022.

CARTER, R. G. S. Das coisas ditas e não ditas: poder, silêncios de arquivo e poder no silêncio. **Archivaria** – The Journal of the Association of Canadian Archivists, [s. l.], n. 61, p. 215-233, set. 2006. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12541>. Acesso em 10 dez. 2022.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS; FONSECA, V. M. M. Princípios básicos sobre o papel dos arquivistas na defesa dos direitos humanos. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/41993>. Acesso em: 8 nov. 2021.

CUNHA, M. B.; CAVALCANTI, C. R. O. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. xvi, 451 p.

DUA. **Declaração Universal sobre os Arquivos**. Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

EASTWOOD, T. Um domínio contestado: a natureza dos arquivos e a orientação da ciência arquivística. *In*: EASTWOOD, T.; MACNEIL, H. (org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: UFMG, 2016.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE. **Curso de Arquivologia** – projeto pedagógico. Rio Grande: FURG, 2017. Disponível em: <https://arquivologia.furg.br/images/PPC-Arquivologia-2017.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2021.

FURTADO, R. L.; SILVA, V. M. O papel do Arquivista na defesa dos direitos humanos: em busca de elementos da Competência em Informação. **ConCI: Convergências em Ciência da Informação**, Belém, v. 2, n. 2, p. 23-43, jan. 2020.

GOMES, H. F. A mediação da informação, comunicação e educação na construção do conhecimento. **DataGramaZero** – Revista de Ciência da Informação, Salvador, v. 9, n. 1, p. 1-15, fev. 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/3041>. Acesso em: 20 nov. 2021.

GOMES, H. F. Protagonismo social e mediação da informação. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 10–21, 2019. DOI: 10.21728/logeion.2019v5n2.p10-21. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4644>. Acesso em: 20 nov. 2021.

HARRIS, V. The archival sliver: power, memory, and archives in South Africa, **Archivalscience**, v. 2, n. 1, p. 63-86, 2002. Disponível em: <http://metafactory.ca/arch-eph/wp-content/uploads/2010/01/harris2002b.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2022.

JARDIM, J. M. A formação do arquivista na sociedade contemporânea. **Cadernos BAD**, Lisboa, n. 7, 2001. Disponível em: <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/viewFile/707/706>. Acesso em: 22 maio 2022.

JIMERSON, R. C. Archives for All: Professional Responsibility and Social Justice. **The American Archivist**, [s. l.], v. 70, n. 2, p. 252-281, 2007. Disponível em: <https://meridian.allenpress.com/american-archivist/article/70/2/252/24093/Archives-for-All-Professional-Responsibility-and>. Acesso em: 1 nov. 2021.

LIBÂNEO, J. C. A aprendizagem escolar e a formação de professores na perspectiva da psicologia histórico-cultural e da teoria da atividade. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 24, p. 113-147, jul. 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.352>. Acesso em: 26 jun. 2021.

MAIA, A. M. **A construção do curso de Arquivologia da UNIRIO**: dos primeiros passos à maturidade universitária? 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

MALCHER, L. T. Código de Ética. **Boletim da Associação dos Arquivistas Brasileiros**, ano 6, n. 3-4, jul./dez. 1996. Disponível em: <http://koha.an.gov.br/cgi-bin/koha/opac-retrieve-file.pl?id=102deb2b74f52f791713e00ee1d74fcf>. Acesso em: 8 jun. 2023.

MARIZ, A. C. A.; AGUIAR, A. F. S. O Curso de Arquivologia da UNIRIO: breve histórico, características e sua importância no cenário da Arquivologia brasileira. **Revista AGCRJ**, Rio de Janeiro, n. 7, p. 205-222, 2013. Disponível em: http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/wp-content/uploads/2016/11/e07_a8.pdf. Acesso em: 19 nov. 2021.

OLIVEIRA, L. M. V. Governança arquivística em instituições de memória. *In*: CUNHA, F. J. A. P.; MATOS, BRITTO, M. T. N.; LIMA, QUEIROGA, G. L. (org.). **Governança arquivística em organizações públicas e privadas no Brasil**: teoria e prática. Salvador: EDUFBA, 2022. p. 147-159.

RANGEL, T. R. R. **(Re) pensando a universalidade do acesso nos arquivos públicos**: a acessibilidade como uma ferramenta inclusiva para a garantia da cidadania. Orientadora: Lúcia Maria Velloso de Oliveira. 2023. 410 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2023.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SASSAKI, R. K. **Acessibilidade**: uma chave para a inclusão social. Sociedade Inclusiva. [S. l.], 2005. Disponível em: <https://www.sociedadeinclusiva.com.br/2020/05/01/acessibilidade-a-chave-para-a-inclusao-social/>. Acesso em: 2 jun. 2022.

SASSAKI, R. K. **As escolas inclusivas na opinião mundial**. Viver consciente. [S. l.], maio 2008. Disponível em: http://www.viverconsciente.com.br/exibe_artigo.asp?codigo=75&codigo_categoria=13#:~:text=uma%20escola%20inclusiva%2C%20diferentemente%20de,defici%C3%Aancia%20nas%20classes%20comuns%3B%206. Acesso em: 20 ago. 2022.

TURNER, A. Archival Readiness: Archive Making in an Emergency Shelter. **Archivaria**, Kingston, v. 92, p. 74-107. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/13819>. Acesso em: 18 jun. 2023.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Projeto pedagógico do curso de Arquivologia**. Brasília: UNB, 2020. Disponível em: <http://arquivologia.fci.unb.br/index.php/curriculo?download=158:projeto-pedagogico-do-curso-de-arquivologia>. Acesso em: 17 jun. 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. **Deliberação** – Câmara de Graduação n. 031/2017. Estabelece o currículo do curso de Arquivologia a vigorar a partir do ano letivo de 2018. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017. Disponível em: http://www.uel.br/prograd/documentos/deliberacoes/2017/deliberacao_31_17.pdf. Acesso em: 7 nov. 2021.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA. **Projeto pedagógico**. UEPB. Paraíba, [20-?]. Disponível em: <http://arquivologiauepb.com.br/curso/projeto-pedagogico/>. Acesso em: 07 nov. 2021.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SÃO PAULO. UNESP. **Projeto pedagógico do curso de Arquivologia**. Marília, 2012. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Graduacao/Arquivologia/projeto-pedagogico-2013.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Estrutura do Currículo** – grade curricular completa. UFES. Espírito Santo, [20-?]. Disponível em: https://arquivologia.ufes.br/sites/arquivologia.ufes.br/files/field/anexo/ppc_arquivologia_2016_versao_final_grade_curricular_e_ementario_26052017.pdf#overlay-context=grade-curricular. Acesso em: 7 nov. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Plano de ensino das disciplinas do Bacharelado em Arquivologia 2018**. Rio de Janeiro: Escola de Arquivologia, 2018. Disponível em: <http://www.unirio.br/arquivologia/arquivos/programa-das-disciplinas/plano%20de%20ensino%20das%20disciplinas%202018.2.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Quadro de horários**. UFF. Niterói, [20-?]. Disponível em: <https://app.uff.br/graduacao/quadrodehorarios>. Acesso em: 7 nov. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Projeto pedagógico do curso de arquivologia**. Belo Horizonte: UFMG, 2012. Disponível em: <http://colgradarquivo.eci.ufmg.br/documentos/projeto-pedagogico-do-curso-de-arquivologia>. Acesso em: 17 jun. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Projeto pedagógico do curso de arquivologia**. UFPA. Pará, [20-?]. Disponível em: <https://faarq.ufpa.br/projeto-pedagogico/>. Acesso em: 17 jun. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Projeto Político Pedagógico** – curso de Arquivologia. João Pessoa: UFPB, 2008. Disponível em: https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/curso/ppp.jsf?lc=pt_BR&id=1626802. Acesso em: 17 jun. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Projeto pedagógico do curso de arquivologia**. UFRGS. Rio Grande do Sul, [20-?]. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/fabico/graduacao/arquivologia>. Acesso em: 17 jun. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Projeto pedagógico do curso de graduação de arquivologia**. Florianópolis: UFSC, 2015. Disponível em: <https://arquivologia.paginas.ufsc.br/files/2016/05/PROJETO-PEDAGOGICO-DO-CURSO.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Projeto pedagógico (PCC)**. UFSM. Santa Maria, [20-?]. Disponível em: <https://www.ufsm.br/cursos/graduacao/santa-maria/arquivologia/projeto-pedagogico>. Acesso em: 17 jun. 2022.